

## ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Moisés Bezerra de Moraes<sup>1</sup>

Thaila Bento de Lima<sup>2</sup>

Weima Paula Nogueira Lima da Cruz<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como tema “Estágio Supervisionado na Educação Infantil: um olhar sobre a educação inclusiva” tem como objetivo apresentar um relato de experiência, tendo como finalidade descrever as atividades vivenciadas no Estágio Supervisionado realizado em uma escola pública de Educação Infantil no município de Rio Branco/AC. A essência desse trabalho é contribuir para a reflexão das práticas pedagógicas que possam favorecer o desenvolvimento cognitivo, social, cultural e inclusivo dos pequenos. Esse conjunto de fatores são fundamentais para proporcionar as crianças as primeiras experiências dentro do ambiente escolar. O estudo apresenta uma discussão sobre a importância do Estágio Supervisionado para a formação docente, e como os conhecimentos teóricos devem ser articulados com as práticas pedagógicas, juntamente com as vivências que vão sendo construídas dentro do ambiente escolar. Outro ponto analisado é sobre o processo de inclusão de crianças com deficiências e como ocorre a educação inclusiva na rede pública municipal de Rio Branco/AC. A metodologia foi baseada na pesquisa bibliográfica qualitativa tendo como suporte o relato de experiência. Os teóricos utilizados foram com base nos autores Barreiro (2006); Saviani (2005); Pimenta (2004,2006) dentre outros teóricos. O presente estudo teve como resultado a importância das práticas pedagógicas para os cursos de licenciaturas, favorecendo ao graduando as primeiras vivências com a docência e com seu campo de atuação, demonstrando que a escola é um universo diversificado e as diferenças estão presentes em todos os aspectos.

**Palavras Chaves:** Estágio, Práticas Docentes, Inclusão.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho configura-se em um relato de experiência, tendo como finalidade descrever as atividades vivenciadas no Estágio Supervisionado realizado em uma escola pública de Ensino Infantil no município de Rio Branco -AC, destacando como ocorre o processo de inclusão da criança autista. A referida disciplina foi ministrada no 6º período do Curso de

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Acre - UFAC, [moraes.moises@email.com](mailto:moraes.moises@email.com);

<sup>2</sup> Graduanda pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Acre - UFAC, [thailalima95.tllb@gmail.com](mailto:thailalima95.tllb@gmail.com);

<sup>3</sup> Professor orientador: Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Weima Paula Nogueira Lima da Cruz, Centro de Educação, Letras e Artes – CELA - Universidade Federal do Acre – UFAC, [weima.cruz@ufac.br](mailto:weima.cruz@ufac.br).

Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Acre-UFAC, compreendendo momentos de observação participante, planejamento das rotinas e regência.

A essência desse trabalho é contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que possam favorecer o desenvolvimento cognitivo, social, cultural e inclusivo dos pequenos. Esse conjunto de fatores são fundamentais para proporcionar as crianças as primeiras experiências dentro do ambiente escolar. Com isso a importância da relação entre as teorias científicas e as práticas pedagógicas.

Nesse contexto a relação da teoria científica e a prática pedagógica que se transformam na práxis, isso ocorre quando se juntam promovendo a articulação entre conhecimento teórico e as vivências ou experiências empíricas. Essas relações, na medida que vão sendo articuladas e coordenadas com o conhecimento científico promovem a construção dos saberes e das práxis.

Saviani (2005, p.107) aborda que,

Quando entendemos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade da sua transformação e que proponha as formas de transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria.

Dessa maneira a práxis representa, dentro do contexto pedagógico educacional a junção da teoria com a prática, que se configuram em um constante movimento e favorecem ao professor a condução do ensino/aprendizado, fundamentado dentro de um conhecimento científico. Sistematizando assim toda a práxis pedagógica organizada por meio dos conhecimentos científicos.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo configura-se em uma pesquisa bibliográfica qualitativa na modalidade relato de experiência. Sobre a pesquisa bibliográfica de acordo com o autor Gil (2010), esse modelo de pesquisa tem como aporte teórico materiais já produzidos para serem os suportes do estudo em questão. Utilizamos também a pesquisa qualitativa, esse procedimento de pesquisa tem como fundamentação a experiência empírica como afirma Minayo (1999) e tem como finalidade obter subsidio teórico e a investigação in loco para balizar os relatos investigativos para o objeto de estudo.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Utilizamos como referência autores como: Pimenta (2004), que trata sobre o estágio e docência; Ostetto (2008) que aborda a educação infantil; Barreiro (2006) voltado para a formação de professores e estágio supervisionado; e, por fim, Mantoan (2003) no que tange a educação inclusiva.

Para os outros aspectos do texto, temos como bases os seguintes teóricos: Vygotsky (2007), que aborda a formação social da mente; Saviani (2005) que discorre sobre a pedagogia histórico-crítica; Zabalza (1998) que versa sobre qualidade na educação infantil; Snyders (1993) que enfatiza a Reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários; Barreiro (2006) que discute a Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores; Pimenta e Lima (2004/2006) que discorre sobre Estágio e docência: diferentes concepções; Nóvoa (1992) que versa sobre os professores e a sua formação.

Utilizamos como mecanismos discricionários legais as leis: Lei Ordinária Federal nº 12.764; Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96; Lei nº 7.853-89 que trata sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Lei de Estágio nº 11.788/2008 e pôr fim a Lei que aborda sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho configura-se em um relato de experiência, tendo como finalidade descrever as atividades vivenciadas no Estágio Supervisionado realizado em uma escola pública de Educação Infantil no município de Rio Branco -AC, destacando como ocorre o processo de inclusão da criança autista. A referida disciplina foi ministrada no 6º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Acre-UFAC, compreendendo momentos de observação participante, planejamento das rotinas e regência.

A essência desse trabalho é contribuir para o desenvolvimento das práticas pedagógicas que possam favorecer o desenvolvimento cognitivo, social, cultural e inclusivo dos pequenos. Esse conjunto de fatores são fundamentais para proporcionar as crianças as primeiras experiências dentro do ambiente escolar. Com isso a importância da relação entre as teorias científicas e as práticas pedagógicas.

Saviani (2005) aborda que,

Quando entendemos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade da sua transformação e que proponha as formas de transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria. (SAVIANI, 2005, p. 107).

Nesse contexto a relação da teoria científica e prática se transformam na práxis, isso ocorre quando se juntam promovendo a articulação entre conhecimento teórico e as vivências ou experiências empíricas. Essas relações, na medida que vão sendo articuladas e coordenadas com o conhecimento científico promovem a construção dos saberes e das práxis.

### **O estágio supervisionado.**

O estágio supervisionado na educação infantil, é o primeiro contato que o graduando experiencia, e passa a relacionar os conhecimentos científicos com as práticas docentes, essa ação promove ao futuro professor a possibilidade de interagir, compreender, analisar e dialogar com as crianças para que essa relação de vivências possa promover o ensino e aprendizado, melhorando o processo educativo.

O estágio passa a ser um retrato vivo da prática docente e professor-aluno terá muito a dizer, a ensinar, a expressar sua realidade e de seus colegas de profissões, de seus alunos, que nesse mesmo tempo histórico vivenciam os mesmos desafios e as mesmas crises na escola e na sociedade (PIMENTA 2004, p.127).

Sobre a função do estágio supervisionado, ele busca promover a relação teoria científica e as práticas docentes que o professor vai desenvolver por toda sua carreira profissional, elas vão sendo articuladas entre os processos teóricos e os conhecimentos empíricos que a profissão vai proporcionando ao educador, que neste caso não mostram de forma prática nos referenciais teóricos e não tem como serem aprendidos nas aulas expositivas.

De acordo com Barreiro (2006, p.89), “a relação entre teoria e prática, na formação do professor, constitui o núcleo articulador do currículo, permeando todas as disciplinas e tendo por base uma concepção sociohistórica da educação”. Por esse aspecto indissociável, a práxis proporciona ao graduando as primeiras experiências com a docência.

Após compreendermos a função do estágio supervisionado, e que a partir desse entendimento o graduando vai desenvolver toda sua atividade profissional, passamos para a etapa seguinte, a análise da turma que será feita as observações e as regências.

### **O Estágio como prática docente / processo de formação do professor**

A partir da formação em licenciaturas, os discentes passam a fazer parte de um ciclo de atividades que saem da teoria científica até as práticas pedagógicas, essas relações se mostram necessárias para que o discente consiga colocar em ação as teorias que foram ensinadas dentro da graduação, no caso da pedagogia, essas práticas ganham ainda mais destaques pelo fato de que esses profissionais vão atuar dentro da educação infantil.

Dessa forma, o estágio nos proporciona uma grande possibilidade de analisar, experienciar, vivenciar e colocar em prática todo o aprendizado teórico e científico que é ensinado durante o processo de formação do licenciado, e após essas longas teorias o discente tem no estágio o mecanismo de promover as experiências e as práticas dentro de um ambiente escolar e com todas as dificuldades, especificidades e peculiaridades que somente no interior da escola o graduando vai poder vivê-las.

Sobre as práxis Pimenta, relata que:

Os saberes teóricos se articulam, pois, aos saberes da prática, ao mesmo tempo ressignificando-os e sendo por eles ressignificados. O papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de análises para compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais, e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá a sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os. Daí é fundamental o permanente exercício da crítica das condições materiais nas quais o ensino ocorre (PIMENTA, 2005, p.26).

A relação entre as teorias científicas e as práticas pedagógicas, nem sempre são favoráveis, existem os percalços que são enfrentados durante a graduação e nem sempre as teorias científicas possuem as explicações ou as resoluções sobre os problemas que o discente vai encontrar durante seus estágios supervisionados como afirma Pimenta (2004) quando relata que o estágio deve ser teórico e prático, pois não temos como desenvolver essa atividade se não forem aplicadas de maneira conjunta.

Quando o discente entra em contato com a sala de aula pela primeira vez, é possível observar algumas peculiaridades como: a relação dos pequenos para com ele, a relação de carinho que os alunos demonstram além da curiosidade que é provocada pela presença de uma pessoa alheia a convivência diária da escola. Nesse momento, o graduando percebe seus medos, suas angústias e é hora de colocar em prática todo o apanhado teórico que foi exposto dentro da sala de aula.

Porém essa relação vai além, o estágio segue uma rotina específica que deve ser efetiva e dentro de uma série de regras desde o cumprimento de horários bem como os programas e planos de aulas que devem ser executados dentro de uma carga horária estipulada pelos currículos.

A lei de diretrizes e bases da educação LDB 9394/96, já insere em seus artigos que o estágio faz parte da grade curricular dos cursos de licenciaturas e é parte fundamental para a formação dos graduandos em licenciaturas, essa atuação é que vai permitir a articulação entre as teorias e as práticas docentes.

O estágio curricular deve ser encarado como uma jornada rumo a si mesmo. Por quê? Porque, quando a estagiária entra em contato com a instituição educativa, descortina-se à sua frente um contexto de relações tão complexas e específicas que a empurram para si mesma. (OSTETTO, 2008, p.128).

Para corroborar com o estágio como eixo formador do professor, e para entender como ele deve ser realizado em várias situações a Lei de Estágio n° 11.788/2008 diz:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. § 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando (Lei n° 11.788, 2008, Art. 1º).

De acordo com o Ostteto 2008, o estágio está relacionado como a verdadeira possibilidade do discente de conhecer, colocar em prática, perceber as diferenças, analisar situações in loco, ou seja é o início de uma construção contínua e efetiva da identidade do professor e assim promover sua emancipação no que tange as metodologias, as práticas e as vivências dentro do ambiente escolar.

O estágio supervisionado é de grande importância para a formação do futuro professor, ressaltamos que a graduação em cursos de licenciaturas possuem um grande diferencial, que é a possibilidade de garantir aos seus graduandos possibilidade de experenciar o cotidiano da sala de aula e vai além, podemos dizer do universo escolar, garantindo assim as primeiras experiências com as práticas sendo aplicadas de maneira efetiva, ou seja, dentro da escola. Assim Nóvoa explicita que:

A formação deve estimular uma perspectiva crítico reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de (auto) formação participada. Um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas e reconstrução permanente de uma identidade pessoal. (NÓVOA, 1992, p.25)

De acordo com essa concepção vemos a necessidade da formação de professores permeada entre as teorias científicas e as práticas docentes, pois o conhecimento do professor vai sendo construído a cada novo passo, a cada experiência que vai sendo construída dentro de um universo coletivo, tendo em vista sua produção de saberes que é produzida a partir das relações, das formações e dos conhecimentos que cada criança produz ou possui.

O professor atua na formação dos saberes e na construção de um indivíduo que deve dentro da escola, aprender a ler, escrever; calcular; socializar; construir saberes e vivências. Eis a grande responsabilidade do professor. Assim, podemos afirmar que, a formação de professores nunca está concluída, pois ela, sempre está em constante processo de aprendizagem, e o graduando precisa compreender e articular de forma clara e objetiva para que essa formação seja construída a cada dia com o aprendizado de novas teorias e novas práticas.

Todo esse processo ou percurso formativo do professor, visa tentar garantir que depois de formado e ter concluído seus estágios com êxito, ele seja capaz de ensinar e ao mesmo tempo aprender com seus pequenos. Essas trocas de conhecimentos é que vão se tornar o diferencial no ensino e aprendizado.

Sobre o processo de estagio supervisionado, no que tange a investigação, o graduando poderá perceber a partir da sua observação todo o contexto da sala de aula como: o cronograma das atividades, a rotina da sala de aula, a interação das crianças e se neste ambiente estudado possui crianças com necessidades especiais.

Esses aspectos irão fazer toda a diferença para a sua prática de estágio, pois vai conhecer as diferenças, as semelhanças e como essas devem ser introduzidas dentro da sala de aula para que todos possam ter suas capacidades desenvolvidas de acordo com suas habilidades.

### **O processo de observação da turma.**

Sobre a observação realizada na turma, percebeu-se que a professora regente segue uma rotina, desde a acolhida dos alunos até o final da aula. Todas as atividades são controladas de acordo com o tempo, ou seja, as crianças são condicionadas a seguir as rotinas de forma cronológica, desde as horas ou os minutos destinados ao aprendizado até o período ocioso dos pequenos, quando devem permanecer sentadas e quietas.

A participação das crianças é incentivada sempre pela professora, seja em trabalhos ou atividades coletivas e individuais, as crianças são instigadas a participar, isso favorece as relações sociais e facilita o aprendizado, neste caso o fazer coletivo é utilizado com frequência.

Essa relação de ajuda mútua é conhecida como zona de desenvolvimento proximal defendida por Vygotsky.

a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 2007, p. 97)

Além desse aspecto de aprendizagem mútua, foi observado também a socialização e as relações sociais que nesta turma em especial possui algumas peculiaridades como: as diferenças sociais, culturais e econômicas entre as crianças.

Sobre o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais temos como aportes sobre essa temática a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, o decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853-89 que trata sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Não podemos deixar de mencionar a lei sancionada pela presidente Dilma Roussef no dia 27 de dezembro de 2012 a Lei Ordinária Federal nº 12.764, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Que será utilizada a partir de então para promover não só a inclusão de crianças com essa deficiência, mas, garantir todo um atendimento educacional especializado.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, como não poderia deixar de ser, também é categórico ao consagrar o direito à formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado e de profissionais de apoio na sala de aula, para a pessoa com deficiência, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem ( Lei 12.764, 2012, Art. 28, XI).

Por força da lei, as escolas tiveram que passar por um processo de reestruturação tanto da sua estrutura física como dos demais aspectos como: quadro docente, materiais pedagógicos e profissionais de apoio. Tendo como base a lei, é possível identificar a estrutura que a escola deve possuir para que essas crianças sejam inseridas dentro do contexto escolar.

Nesta lógica Mantoan (2003) relata que:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MANTOAN, 2003, p.36)

Por isso que ao realizar as investigações in loco na escola, o graduando pode perceber as nuances que permeiam todo o ambiente e vivenciar de fato todas as especificidades que se encontram dentro do ambiente escolar, seja ele de educação infantil, ensino fundamental ou médio.

**Um olhar sobre a inclusão**

Quando falamos sobre o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais, logo nos remete ao entendimento das leis de inclusão, da própria LDB 9.394/96 e da Constituição Federal de 1988, que nela está inserida todos os direitos e deveres do cidadão e por fim o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esses conjuntos de leis garantem que as crianças com necessidades especiais tenham acesso garantido nas instituições de ensino do País.

Para entendermos o caso exposto acima, partimos da compreensão que a escola só pode agir, para garantir que a criança com necessidades especiais tenha direito a cuidador, mediador e atendimento educacional especializado, somente após os pais ou familiares comprovarem por laudo médico a necessidade especial da criança.

As escolas para todos caracterizam-se por reconhecer e valorizar as diferenças, a heterogeneidade das turmas e a diversidade dos processos de construção coletiva e individual do conhecimento. Tais escolas são inclusivas, pois não excluem os alunos, ou seja, não têm valores e medidas predeterminantes de desempenho escolar, considerando a pluralidade um fator relevante para o desenvolvimento do pensamento. (MANTOAN, 2003, p.84).

A inclusão foi observada através da vivência proporcionada durante o estágio supervisionado, assim relatamos os acontecimentos de forma cronológica, visando situar o leitor com os fatos dentro de uma rotina de sala de aula. A seguir será relatado as situações que foram ocorrendo durante toda a observação, que deixou em aberto se a inclusão proporcionada nessa questão, foi realizada de forma adequada.

Para entendermos a inclusão, a LDB 9.394/96 no seu artigo 58º discorre que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. (LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

Para ajudar nesse entendimento vimos que o Estatuto da Criança e do Adolescente aborda em seu artigo o texto seguinte sobre a inclusão.

Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.1º A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação (LEI Nº 8.069, 1990, Art. 11º).

É nesse contexto de leis que iremos abordar o processo de inclusão das crianças na educação infantil, além das leis que garantem o acesso, a permanência e o atendimento especializado, temos também o papel de atuação do professor, do mediador e da interação da própria criança nesse universo educacional.

No dia-a-dia percebe-se como a inclusão é vista como um estranhamento para o universo escolar, os profissionais da escola ficam sem alternativas de como agir quando as crianças com necessidades especiais têm as crises de raivas e de alto mutilação, aspectos comuns em crianças diagnosticadas com Autismo. Sobre essa questão Mantoan, 2003, diz que:

As escolas para todos caracterizam-se por reconhecer e valorizar as diferenças, a heterogeneidade das turmas e a diversidade dos processos de construção coletiva e individual do conhecimento. Tais escolas são inclusivas, pois não excluem os alunos, ou seja, não têm valores e medidas predeterminantes de desempenho escolar, considerando a pluralidade um fator relevante para o desenvolvimento do pensamento. (MANTOAN, 2003, p.84)

Esse universo inclusivo surge dentro de um contexto educacional plural, democrático e quando confrontado com a realidade escolar, provoca uma verdadeira crise de identidade institucional, fazendo com que a escola e seus profissionais se sintam incapazes de atuar de forma plena.

Entendemos que o processo de inclusão, passa por uma questão humanística e democrática de acesso educacional, ela perpassa os muros das instituições de ensino. Mas é dentro das escolas que se busca assegurar os direitos das crianças com necessidades especiais. Neste sentido as escolas tem o dever de adaptar-se as crianças com essas necessidades e não o inverso.

Dentro da sala de aula, os alunos vivem a experiência das particularidades individuais e das diferenças de grupos e do todo da classe: os indivíduos são diferentes entre si, e muitas vezes de difícil acesso. [...] O todo da classe e o todo da escola têm muita dificuldade em constituir uma unidade. Na maioria das vezes, eles a encontram mais em fases de oposição comum a uma autoridade exterior do que em suas próprias riquezas (SNYDERS, 1993, p. 69-70).

Para proporcionar um melhor envolvimento e desenvolvimento da criança, podemos citar como algumas alternativas: realizar atividades coletivas proporcionando a interação entre as crianças com necessidades especiais e as demais crianças; estimular a percepção utilizando materiais diversificados; elaborar brincadeiras que favoreçam as potencialidades como: quebra cabeças ou jogos da memória. Essas alternativas poderiam favorecer o desenvolvimento cognitivo e a socialização dessas crianças no ambiente escolar.

É de incumbência da escola refletir e repensar suas práticas educacionais buscando alternativas que possam idealizar uma forma de conceber o desenvolvimento em sua plenitude para as crianças com necessidades especiais, tornando ela um ser que apesar das suas diferenças, se torne ativo e que se aproprie da escola e de seus espaços gerando a interação social e o seu desenvolvimento cognitivo.

O espaço acaba tornando-se uma condição básica para poder levar adiante muitos dos outros aspectos-chave. As aulas convencionais com espaços indiferenciados são cenários empobrecidos e tornam impossíveis (ou dificultam seriamente) uma dinâmica de trabalho baseada na autonomia e na atenção individual de cada criança (ZABALZA, 1998, p. 50).

Por isso se faz necessário que a escola seja capaz de planejar e organizar seus espaços, que mesmo sendo deficitários, sejam capazes de promover dentro desses ambientes a concepção de novas ideias, saberes e vivências. Isso tudo pode auxiliar a criança com deficiência, que usa esses espaços e com isso desenvolva seu autoconhecimento.

### **Considerações Finais**

A prática de estágio supervisionado, é uma ferramenta importante no que tange a formação docente, proporcionando um amadurecimento, experiências, frustrações e contribui para a formação profissional do professor. Além de viabilizar a interação e ambientação com os demais profissionais que atuam na escola.

Esse primeiro momento foi realizado o processo de identificação e vistoria da escola, nos proporcionou uma visão sobre a tão complexa estrutura que ela possui, para garantir que todos os alunos e os profissionais, tenham um local para que possam desenvolver suas atividades e os alunos interagir e aprender. O papel do estágio, garantiu que o graduando pudesse ter a experiência de colocar em prática seus conhecimentos teóricos, vivenciar suas práxis e suas reflexões sobre a docência.

Sobre a estrutura da escola, foi observado a problemática da inclusão, que dentro do contexto de educação inclusiva, vem ganhando cada vez mais voz, essa possui uma abordagem que vai muito além do ambiente escolar, atinge toda a sociedade e possui seu teor humanístico e uma visão democrática de acesso à educação.

Temos que ver esse movimento de educação inclusiva como um movimento que visa assegurar as crianças o acesso à educação que seja receptiva e adaptada para as suas necessidades especiais. Assim, as escolas passam a se adequar para atender esses direitos.

A escola, que neste relato de experiência foi observada, tenta propiciar dentro das suas limitações reconhecer as crianças com necessidades especiais dentro de um ambiente de

socialização adaptado, não é o ideal, mas dentro de um contexto educacional e o que pode ser proporcionado.

Dentro dessas variáveis, podemos afirmar que o estágio supervisionado cumpriu seus objetivos, partindo do pressuposto que, ele foi o responsável para promover as primeiras impressões necessárias e os primeiras experiências com a docência. Dessa forma o conhecimento adquirido foi de grande importância para as próximas etapas da graduação e da formação docente.

Por fim, as experiências foram validas, permitiu que colocássemos em prática os conhecimentos que foram sendo adquiridos durante a graduação e que visam proporcionar de forma mais clara e objetiva as teorias científicas. Este estágio foi de extrema importância para a formação profissional, tendo a vivência na escola a forma prática de perceber as peculiaridades que são encontradas no ambiente escolar. Garantindo assim, uma melhor base para a formação do professor.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRO, I. M. de F. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL, **Lei n. 9394/96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

BRASIL, **Lei n. 11.788/2008** – Lei do Estágio

BRASIL, **Lei nº 7.853/1989**. Estabelece normas gerais para assegurar os direitos das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social.

BRASIL, **Lei nº 12.764/2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL, **Lei n. 8.069/1990** – Estatuto da Criança e do Adolescente (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016).

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

NÓVOA, A. (Coord.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OSTETTO, L. E. **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SNYDERS, G. - “**Alunos felizes: Reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários**”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PIMENTA, S. G. **Estágio e Docência**. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência: diferentes concepções**. Revista Poiesis, [s. n.], v. 3, n. 3, p. 5-24, 2005/2006.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed. 1998.